



CASA-CE

CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA

CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

COMUNICADO FINAL

O Conselho Consultivo Nacional da CASA-CE reunido na cidade de Benguela, no dia 10 de Março de 2017, na sua I Reunião Ordinária, após profundas e profícuas discussões sobre os pontos constantes da agenda de trabalho, torna público o seguinte:

I - SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

1. O Conselho Consultivo Nacional constatou que o país vive um clima de paz e um processo de reconciliação nacional desde 4 de Abril de 2002, após longas décadas de guerra fratricida. O contexto de paz pode ser considerado irreversível, pois a cada dia, ela se consolida. Para Angola, a paz é uma condição indispensável, à recuperação e ao relançamento económico, social e cultural.

2. O Conselho Consultivo Nacional reconhece o clima de estabilidade no país, mas identifica factores de risco que podem miná-la a médio ou longo prazo, designadamente, a pobreza que afecta a maioria da população, as elevadas desigualdades sociais, os altos níveis de desemprego, com incidência para o estrato social jovem da população. Estes factores, se não forem debelados, podem gerar convulsões sociais.

3. Decorridos 26 anos após a institucionalização do Estado Democrático e de Direito em Angola, notam-se com evidência perigosa sinais de regressão, pois é recorrente a violação e limitação do exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente consagrados. A materialização plena dos princípios e valores do Estado Democrático e de

Direito têm sido permanentemente adiados por vontade expressa do partido governante. Por outro, em Angola, a maioria das instituições da República, incluindo a Assembleia Nacional, violam a lei de forma sistemática e deliberada. Em alguns casos, as leis são interpretadas pelas instituições do Estado, de acordo com o interesse casuístico do partido no poder. O mandato dos membros que integram o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e a Provedoria de Justiça, estão na maioria dos casos caducados.

4. O Conselho Consultivo Nacional, ao constatar o papel negativo exercido, no actual contexto de pré-campanha eleitoral, pelos órgãos de comunicação social públicos, consubstanciado na estratégia de intoxicação e manipulação dos eleitores, através de coberturas em directo e não só, das actividades políticas do MPLA, exige fim imediato deste comportamento atentatório aos princípios e valores próprios de um Estado democrático, em construção, no nosso país.

5. O Conselho Consultivo Nacional constatou que a economia de Angola cresceu substancialmente de 2004 a 2014. Desde então, verificou – se uma acentuada retracção, como consequência da má gestão e da queda brusca do preço do petróleo no mercado internacional. Infelizmente, sob o actual regime, a economia angolana continuará, ainda, a ser dominada pelo sector petrolífero, pois é visível a falta de adopção de medidas estratégicas adequadas para inverter esse quadro. A irreal estratégia de diversificação da economia propalada pelo MPLA e seu governo, tem sido implementada de forma errática e tornou – se mais num espaço de aproveitamento dos recursos do Estado pelos membros do regime, através da gestão e atribuição selectiva dos recursos cambiais. A tendência actual de adoptar medidas económicas de controlo das importações por via de quotas, reminiscência de políticas da era da economia de planificação central, terá um efeito negativo no tecido económico em geral. O pequeno empresariado nacional foi grandemente afectado pela crise actual, com um elevado nível de falências, que resultaram no aumento do desemprego, já por si elevado, particularmente na camada jovem, mormente na faixa académica.

6. O Conselho Consultivo Nacional deplora a massiva apropriação ilícita dos recursos financeiros públicos por parte de personalidades ligadas ao aparelho governativo. As recentes reportagens da televisão portuguesa SIC, que trouxe ao público todas evidências, sustentam a afirmação segundo a qual, o Estado angolano tem sido usado por parte da nomenclatura governante, como expediente para o enriquecimento ilícito.

7. O Conselho Consultivo Nacional constatou que Angola vive um momento político histórico, ímpar, que torna possível uma mudança Pacífica, Ordeira, Inclusiva, Positiva e Segura. Por isso, exorta todos os

angolanos a participarem amplamente no processo de registo eleitoral e a empenharem-se profundamente na concretização, em Agosto próximo, da mudança almejada.

II – SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO CONDUCENTE ÀS ELEIÇÕES GERAIS DE AGOSTO DE 2017

1. O Conselho Consultivo Nacional considera que para a realização de Eleições Gerais livres, justas e transparentes em Agosto próximo, torna-se imperioso que haja um tratamento igual para todos os concorrentes; leis justas e a sua aplicação coerente; uma comunicação social pública isenta, imparcial e ao serviço da democracia. Para a realização de eleições livres, não pode haver o uso abusivo dos recursos do Estado a favor de um concorrente; os órgãos eleitorais devem ser verdadeiramente independentes; deve haver o apuramento e a publicação dos resultados das eleições nas Assembleias de Votos e ao nível dos municípios, e deve estar salvaguardado o acesso igual de todos os representantes dos candidatos, às salas de escrutínio, a todos os níveis e o atendimento atempado a todas as reclamações, sobre irregularidades. Neste sentido, o Conselho Consultivo Nacional recomenda aos órgãos internos da CASA-CE, a tudo fazerem para assegurarem a lisura das próximas eleições, usando os meios democraticamente estabelecidos e constitucionalmente consagrados.
2. O Conselho Consultivo Nacional recomenda ao Conselho Presidencial a trabalhar com todos os órgãos do Estado, no sentido de melhorar o ambiente político nacional, garantindo a todos os concorrentes, igualdade de tratamento.
3. O Conselho Consultivo Nacional considera que a actual legislação eleitoral carece de reajuste, de modo a que as próximas Eleições Gerais tenham lugar num ambiente de confiança, cujos resultados passam livremente aceites por todos os concorrentes.
4. O Conselho Consultivo Nacional recomenda ao Conselho Presidencial para desenvolver esforços de concertação com os partidos políticos da oposição legalmente instituídos, bem como a sociedade civil, para em conjunto, promoverem acções de controlo eleitoral, independentemente do mecanismo de controlo das Eleições Gerais que internamente deverá ser constituído.
5. O Conselho Consultivo Nacional condena veementemente a utilização indevida dos recursos financeiros do Estado por parte do candidato do MPLA, nas suas actividades políticas de pré-campanha eleitoral, como aconteceu nas deslocações às províncias da Huila, Lunda-Norte e Bié.

III – SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA DA CASA-CE

1. O Conselho Consultivo Nacional após a avaliação do estado actual de preparação eleitoral recomenda ao Conselho Presidencial, à tomada de medidas para melhorar a eficácia e a prestação dos órgãos e estruturas da CASA-CE
2. O Conselho Consultivo da CASA-CE adoptou as grandes linhas da estratégia para as fases de pré-campanha e de campanha eleitoral e aprovou à institucionalização do órgão interno que conduzirá todo o processo eleitoral, designado de Coordenação Geral da Campanha Eleitoral, dirigida superiormente pelo Cabeça de lista, companheiro Abel Epalanga Chivukuvuku e coordenado pelo companheiro André Gaspar Mendes de Carvalho.
3. O Conselho Consultivo Nacional felicita todos os membros, simpatizantes e amigos da CASA-CE e recomenda uma postura de unidade na diversidade, divisa que nos caracteriza.
4. O Conselho Consultivo Nacional considera que no actual contexto, todos os esforços devem ser canalizados para a vitória nas próximas eleições, e que todos os assuntos são secundários, a merecem melhor tratamento depois das eleições.

DESTA VEZ, MUDANÇA!

Benguela, aos 10 de Março de 2017

O Conselho Consultivo Nacional